



ATA Nº19
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2012

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período Antes da Ordem do dia

PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da ata nº.17 da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2012.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº.18 de 27 de abril de 2012.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta da 2ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento).



PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2012.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta da Abertura de Procedimentos Concurrais.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Reorganização Administrativa

PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, José Venâncio Lopes, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Maria João Barroso Lopes Cavaco, Joaquim Maria Godinho Veiga, Manuel Filipe Liliu Prates, Roberto Carlos Vagante Ganito, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

Verificou-se a ausência dos membros: Sérgio João Pécurto Gazimba que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo Senhor José Venâncio Lopes. Celso Miguel Lopes Ramalho que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.2**) e foi substituído por Roberto Carlos Vagante Ganito. Augusto Manuel Bilro Guégués que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.8**) -----



----- **O presidente da Assembleia Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e agradeceu a disponibilidade, manifestada por todos, relativamente à alteração da data da Assembleia a qual, inicialmente, tinha estado marcada para o dia 27 de Junho de 2012. -----

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

----- **O deputado Rogério Pécurto** desejou boa noite a todos os presentes e informou que o Partido Socialista tinha duas Moções para apresentar. De seguida leu a 1ª Moção (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.3**) -----

Moção de Solidariedade. -----

A Assembleia Municipal de Borba solidariza-se com a posição tomada pelas seguintes autarquias: Câmara Elvas; Campo Maior; Monforte; Estremoz; Borba; Vila Viçosa e Alandroal, reuniram, em 6 de Junho de 2012, no salão nobre da Câmara Municipal de Elvas, para analisar a situação levantada pela divulgação da proposta da Entidade reguladora da Saúde, entregue ao Ministro da Saúde, para elaboração de nova Carta Hospitalar. -----

A maior preocupação dos Autarcas presentes centrou-se na possibilidade de encerramento do Serviço de Cirurgia com internamento no Hospital de Santa Luzia. -----

As Câmaras Municipais constatarem que o Hospital de Santa Luzia é muito mais do que uma unidade do concelho de Elvas, uma vez que tem uma nítida capacidade de atração nos concelhos a sul do distrito de Portalegre e a norte do distrito de Évora. A notícia sobre a proposta apresentada ao Ministério da Saúde pela Entidade Reguladora da Saúde, divulgada no



passado fim-de-semana, causou uma natural inquietação nos Executivos municipais, representados nesta reunião, conhecedores do sentir das populações que representam. ----- Este ataque apontado ao setor da Saúde, manifesta-se igualmente ruinoso na área da economia: o tecido económico da região vai ficar diminuído caso este cenário se verifique! ----- Estamos num território transfronteiriço, atravessado pela autoestrada entre Lisboa e Madrid, onde a chamada “Zona dos Mármore” se estende pelos concelhos de Estremoz, Borba; Vila Viçosa e Alandroal, onde se localiza uma importante indústria extrativa, infelizmente sujeita a frequentes acidentes laborais. ----- Para o Caia, admite-se ser instalada uma Plataforma Logística Intermodal, para dar resposta aos transfers das mercadorias transportadas na ferrovia entre o Porto de Sines e o centro da Península Ibérica, ou nos eixos rodoviários de acesso a Lisboa, Setúbal, Madrid e Sevilha. ----- Outra componente importante é a inquestionável mais-valia de um Hospital, a funcionar em pleno, para uma região reconhecida como destino turístico que assim se vê fortemente afetada na sua afirmação. ----- Neste momento e em face das notícias recentes, uma empresa que pense em instalar-se nesta zona fica de pé atrás ao saber que o Hospital de Santa Luzia está arriscado a perder serviços fundamentais como a Cirurgia com internamento, sendo natural que a opção seja tomada a favor de outras áreas geográficas que prestem estes cuidados básicos no setor da Saúde pública. ----- Os autarcas presentes foram informados de uma reunião havida, na manhã desta quarta-feira dia 6, entre a recém-empossada Presidente do Conselho de Administração da Unidade de saúde do Norte Alentejano (ULSNA) e o Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Elvas, na qual a primeira responsável pela saúde no distrito afirmou compreender a base das preocupações destes Municípios e se disponibilizou para acompanhar na apresentação superior do problema. -----



Neste enquadramento, o grupo de sete Municípios vai solicitar audiências, no mais curto espaço de tempo que for possível, ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo e ao Ministro da Saúde, a fim de sensibilizar estas individualidades políticas para a situação que ameaça levantar-se. -----

Por fim, os Autarcas manifestaram o desejo de se disponibilizarem, por todos os meios por si considerados convenientes, para se baterem em defesa das populações que representam, tão ameaçadas por este estudo na área da Saúde. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal pediu ao senhor deputado Rogério que entregasse a Moção na mesa da Assembleia. -----

De seguida o senhor deputado Rogério passou a ler a segunda Moção (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.4**). -----

“ No edifício da Escola do 1º Ciclo de Ensino Básico da Nora funcionam duas salas de aula: uma com nove alunos do 1ºCiclo e outra com 10 alunos de Jardim de Infância; -----

Esta escola foi alvo de requalificação e construída sala de refeitório. Apenas não foi substituído o mobiliário e equipamento; -----

A dispersão dos alunos pelos vários níveis de ensino e o reduzido número de alunos não são, em nossa opinião, razões suficientes para o encerramento do estabelecimento de ensino; -----

Mesmo não funcionando a sala de EB1 de Nora, o estabelecimento vai manter-se em funcionamento para continuar a dar resposta ao Jardim de Infância; -----

Apenas se reduz, em termos de custos, exclusivamente o vencimento do professor, porque todas as restantes despesas de água, eletricidade, auxiliar de educação, animadora se mantém; -----

Não é líquido que a transferência dos alunos para a Escola do 1º Ciclo de Borba seja possível sem aumentar os custos, não só os de transporte mas também porque as turmas existentes podem não poder absorver os alunos em causa; -----

Está, neste momento, em construção o Centro Escolar de Borba e a Escola EB2,3 – Padre Bento Pereira. Esta construção é faseada e esta mudança de alunos pode vir a acrescentar



mais problemas aqueles que já existem, não só para a autarquia, mas também para a Direção do Agrupamento de Escolas, -----

Foram solicitados pareceres aos encarregados de educação, Direção de Agrupamento, Associação de pais e Junta de Freguesia; -----

O encerramento do estabelecimento de ensino contribui para acabar com mais uma atividade na aldeia, afasta os alunos de terna idade para a sede de concelho, retirando-os do seu meio, podendo contribuir para aumentar ainda mais o insucesso escolar; -----

A Assembleia Municipal de Borba emite parecer negativo relativamente ao encerramento do estabelecimento da Escola EB1 de Nora; “-----

*----- **A deputada Filipa Almeida** desejou boa noite a todos os presentes e disse que se congratulava com a apresentação daquelas Moções, as quais continham temas muito importantes para os munícipes dos concelhos envolvidos. -----*

Referiu que finalmente o Partido Socialista tinha tomado a iniciativa de apresentar moções, com as quais ela concordava, sobre temas que já a CDU tinha trazido àquela casa, nomeadamente o do encerramento das escolas. Disse que tinha reconhecido na Moção lida pelo deputado Rogério, no que respeitava ao encerramento da Escola da Nora, os argumentos apresentados pela CDU para impedir o encerramento de outros estabelecimentos de ensino. Frisou que já não era a primeira vez que o Ministério da Educação apresentava propostas daquelas. Referiu que já tinham encerrado algumas escolas e que aquilo iria continuar nos anos futuros. -----

Realçou que aqueles argumentos também tinham sido utilizados pela CDU quando se tinha decidido avançar para a Construção do Novo Centro Escolar de Borba. Disse que o despovoamento do concelho muito se devia ao encerramento dos estabelecimentos de ensino. -----

Perguntou até quando ficaria aberta a pré-primária na escola da Nora. -----

Terminou a sua intervenção referindo o ponto de entendimento a que tinham chegado contra aquelas medidas que eram altamente lesivas dos interesses das populações. -----



----- **O deputado Nelson Gato** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha ficado baralhado, ao ouvir o deputado Rogério Pécurto ler a segunda Moção. Tinha ficado baralhado porque havia um ano que tinham discutido a Construção do Centro Escolar e os argumentos que tinham levado o PSD a votar a favor da Construção do Centro Escolar de Borba e os argumentos que tinham sido apresentados na altura pelo PS, estavam naquele momento a ser contrariados naquela Moção. De seguida exemplificou os argumentos apresentados na altura.--- Referiu que, se aquela Moção tivesse sido apresentada pela CDU, ele até compreenderia, visto a CDU ter votado contra a Construção do Centro Escolar e assim, aquela Moção teria toda a lógica. Mas sendo o PS a apresentar aquela Moção tinha ficado um pouco baralhado com os argumentos apresentados. De seguida deixou uma questão à bancada do PS: “Seria que os argumentos que tinham servido para justificar a aprovação, na altura, do Centro Escolar, naquele momento já não se justificavam?”-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse que deveria haver ali um grande equívoco. Referiu que nunca tinha ouvido ninguém dizer que um dos argumentos para se avançar com o Centro Escolar de Borba era encerrar as outras escolas do concelho. Aliás, tinha sido dito por ele, na sessão da Assembleia Municipal de Junho de 2011, que um dos argumentos que tinha sido usado na altura, tinha sido que não estava previsto, com a Construção do Novo Centro Escolar, o encerramento das escolas: de Orada, Nora e Rio de Moinhos. Frisou que desde o início nunca tinha estado previsto o encerramento daqueles 3 estabelecimentos de ensino. ----- Referiu que era conhecida a sua posição pública, no que dizia respeito ao não encerramento de escolas. Sempre tinha defendido que tal nunca acontecesse, nem que estivesse apenas um aluno. Explicou de seguida que existiam métodos e técnicas pedagógicas que podiam fazer com que aqueles alunos usufríssem de boa qualidade de ensino, desde que o professor quisesse e desde que os equipamentos existissem. Acrescentou que não era daqueles cuja posição mudava, conforme mudava o governo. -----



----- **O deputado Edgar Liliu** desejou boa noite a todos os presentes e como presidente da Junta de Freguesia Rio de Moinhos, na qual estava inserida a escola da Nora, expressou a sua opinião contra o encerramento daquele estabelecimento de ensino, posição que já tinha sido tomada, aquando da assembleia de Junho/2011 quando, na votação daquele ponto, se tinha absterido. Disse ser contra o encerramento daquele estabelecimento de ensino e referiu não entender, o senhor deputado Nelson Gato quando tinha dito que existia uma baralhação na bancada do PS. -----

Informou que a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos tinha emitido um parecer contra o encerramento do estabelecimento de ensino da Nora. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou as Moções à votação. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** (interrompendo) ... disse que a Câmara Municipal de Borba tinha sido daquelas que tinha apoiado e contribuído para a compra da TAC Multi-corte, para instalação no Hospital de Elvas, e tinha exigido à ARS de Portalegre e à ARS de Évora, que fosse estabelecido um protocolo que permitisse que as pessoas de Borba pudessem usufruir daquele equipamento naquele hospital. -----

Disse estar previsto que, a partir de 2013, as pessoas poderiam escolher as unidades de saúde onde queriam ser tratadas. -----

Referiu que quanto mais esviassem os hospitais fronteiriços, maior seria possibilidade e a necessidade dos cidadãos daquela região irem tratar-se a Espanha e aí, o governo português seria obrigado, obrigado, a pagar aqueles tratamentos a Espanha. -----

Referiu que aquela proposta de encerramento do Serviço de Cirurgia com Internamento era escandalosa e que tinha a ver com a política aplicada pelo governo do momento e, em algumas situações, iniciada no governo anterior, de desertificação do interior. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (continuando) ... disse que iria ser votada a 1ª Moção: -----



Moção de Solidariedade – Posição tomada sobre o Encerramento do Serviço de Cirurgia com Internamento no Hospital de Santa Luzia em Elvas, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **15 votos a favor** (eleitos do PS e CDU) e **3 abstenções** (eleitos do PSD). -----

De seguida disse que iria ser votada a 2ª Moção: -----

Moção contra a proposta de Encerramento da Escola do 1ºCiclo da Nora, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **14 votos a favor** (eleitos do PS e CDU), **3 votos contra** (eleitos do PSD) e **1 abstenção** (eleito PS). -----

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da ata nº.17 da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão.-----
Não havendo inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **14 votos a favor** (eleitos do PS e CDU) e **4 abstenções** (2 eleitos PSD e 2 eleitos do PS) -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº.18 da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----

----- **O deputado António Liliu Prates** desejou boa noite a todos e disse que, na sua intervenção, na página 5, não vinham mencionadas as sugestões que tinha feito relativamente às piscinas cobertas (balneários). E na parte das atividades da câmara também existiam umas coisas que o senhor presidente da câmara tinha dito que não estavam mencionadas. -----



----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao deputado António Liliu Prates que iria ser ouvida novamente a gravação e que, caso se verificasse o que tinha referido proceder-se-ia à retificação. Informou que as atas continham o que de essencial se tinha passado na sessão da Assembleia. -----

De seguida, disse que na página 39 da ata, na intervenção do senhor presidente da Assembleia, estava escrito "Informou ainda que próxima sessão da Assembleia Municipal seria em Santiago Rio de Moinhos". Explicou ao deputado Edgar Liliu que, por questões de logística, não tinha sido possível a sua realização no local indicado. -----

Ficava ali dito que, numa primeira oportunidade, seria realizada, em Santiago Rio de Moinhos, uma sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **O Vereador Humberto Ratado** disse que, na página 22 da ata, a transcrição da sua intervenção estava um pouco confusa. Pediu que fosse ouvida novamente a gravação para que fosse retificada a sua intervenção e ficasse mais explícita. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **14 votos a favor** (eleitos do PS e PSD) e **4 abstenções** (eleitos da CDU e 1 eleito PS). -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta da 2ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento).

----- **O presidente da Câmara Municipal** cedeu a palavra ao senhor chefe de divisão António Passinhas. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e, de seguida, disse que aquela proposta de revisão orçamental era uma proposta que previa utilizar o saldo orçamental da gerência do ano anterior e, por via da utilização do saldo orçamental dos últimos anos, tinha vindo sendo prática corrente reduzir o orçamento. Naquele ano, o que acontecia era que havia ali um pedido para que aquela revisão



contemplasse a possibilidade de inscrever no orçamento despesa que era solicitada a pagamento, por parte da ADSE, no período compreendido entre 1988 e 2006. -----

Referiu que aquela despesa numa tinha sido assumida pelo município mas que, naquele momento, a ADSE exigia o seu pagamento. Informou que a Lei dos Compromissos obrigava a que os municípios apresentassem o mapa dos pagamentos em atraso e só era possível apresentar, no mapa de pagamentos em atraso, despesa que estivesse inscrita na orçamental. O que se propunha era utilizar o saldo da gerência anterior e inscrever orçamentalmente aquela despesa. E aquela parte do saldo, que não era utilizada, serviria para reduzir o orçamento. -----

Disse que, em termos gerais, era mais ou menos aquilo, no entanto encontrava-se à disposição para algum esclarecimento que fosse necessário. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que aquilo, dito da forma como tinham acabado de ouvir, parecia que se tratava de um simples exercício de gestão de uma meia dúzia de cêntimos, mas não era aquilo que tinham ali naquele documento. Referiu que tinha lido com atenção o Relatório da Revisora Oficial de Contas e disse que aquela situação, trazida naquele momento à Assembleia Municipal, de facto regularizava uma situação que apresentava contornos de ilegalidade, do ponto de vista do POCAL, da legislação, que obrigava as autarquias locais a inscreverem as despesas no orçamento. -----

Disse que a própria Revisora Oficial de Contas tinha escrito no parecer, que lhe tinha sido pedido, que “ ... *podemos verificar que o processo se reporta a despesas ocorridas entre os anos de 1988 e 2006, pelo que os procedimentos previstos no POCAL não foram cumpridos, mesmo no momento de construção do Balanço Inicial, aquando da implementação do POCAL, no Município*”. Salientou que aquela situação ascendia a mais de meio de milhões de euros, cerca de quinhentos e trinta mil euros. Referiu que aquela situação não deveria ter ido naquela altura a uma revisão orçamental, deveria, sim, estar prevista no orçamento e não estar, naquele momento, em Junho, a utilizar o saldo da gerência anterior, para se assumir publicamente, e de acordo com a legislação, aquela dívida à ADSE. -----



Salientou que aquela dívida à ADSE era uma dívida muito antiga, que tinha passado várias gerências, com muitas tentativas “justíssimas”, por parte dos municípios, para que não a tivessem que pagar. Na sua opinião aquela situação era escandalosa. As câmaras municipais não deveriam de ter de pagar aquele valor. -----

Disse ter conhecimentos de vários pareceres pedidos pelas câmaras municipais, pela ANMP e por outras entidades, no sentido de não se pagar aquela dívida. Só que, com o tempo, ela tinha crescido ainda mais. -----

Realçou que aquela dívida era mais uma “machadada”, na situação já difícil, da câmara de Borba, do ponto e vista financeiro. -----

Salientou concordar com a regularização daquela dívida mas disse que, em sua opinião, já deveria estar prevista no orçamento. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que, se aquele documento, tecnicamente, estava ou não correto, estava ali o chefe de divisão e a ROC para responder. De seguida disse que, em 2002, quando aquele executivo tinha tomado posse, não sabiam daquela dívida, situação de que só em 2006 tinha tido conhecimento, após ter recebido uma carta da ADSE a pedir a liquidação da dívida. Na altura tinha questionado se seria legítimo o pagamento da dívida, e tinham sido efetuadas diligências no sentido de saber o que se passava e que a resposta tinha sido que, se quisessem saber, se dirigissem a um armazém (em Benfica), onde estavam guardados os documentos e os verificassem. Após várias tentativas de saber o que se passava efetivamente, tinham conseguido uma redução significativa no valor pedido da dívida. -----

Referiu que a câmara tinha feito uma proposta à ADSE para pagar a dívida em 20 anos, proposta essa que nunca tinha tido uma resposta concreta e que tinha contribuído também para que a câmara ainda não tivesse pago. -----

Realçou que tinham tentado e argumentado, ao longo daqueles anos, para que aquela dívida fosse reduzida. Disse ser escandaloso o montante pedido pela ADSE. Realçou que



aquela dívida não estava escondida, constava nos documentos, só que numa rubrica diferente. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que tinha tentado minimizar a forma como era apresentada a revisão. -----

De seguida disse que deste o dia que tinha assumida a chefia da divisão financeira, aquilo de que sempre se tinha orgulhado tinha sido, quer à câmara municipal, quer à assembleia municipal, ter prestado sempre uma informação financeira rigorosa, ao cêntimo, de tudo aquilo que era feito naquela câmara municipal. Saliu que aquele era o ponto que mais lhe custava trazer a uma assembleia municipal. Informou que só tinha tido conhecimento daquela dívida no ano de 2010, o que não tinha sido nada agradável pois, só passados dois anos a chefiar a divisão financeira, tinha tido conhecimento daquela dívida à ADSE, porque o município entendia que não era devedor daqueles valores, e por considerar-se não devedor, encontrava-se naquele "quesito" com a ADSE no assumir da dívida. Explicou que tinha tido conhecimento daquela dívida através de um fax enviado pela ADSE. -----

Disse que importava esclarecer pois, quando ele tinha assumido a chefia da divisão financeira já era prática do município registar a dívida da ADSE, que era gerada automaticamente. Só passado o ano de 2006 é que não tinha sido assumida nas contas do município. -----

Realçou que a primeira coisa interna que tinha sido feita, após saber daquela dívida, tinha sido verificar, com a ROC, qual seria o procedimento a seguir. O primeiro procedimento que tinha sido tomado tinha sido que não seria possível assumir dívida, de um momento para o outro, de centenas de documentos que fisicamente não existiam, sob a forma de fatura, e então tinham criado uma provisão. Aquela provisão tinha sido criada no ano de 2010, ou seja, tinha contribuído negativamente para os resultados líquidos, mas não estava a contribuir para o endividamento do município, porque era necessário, primeiro que tudo, entender se aquela dívida existia ou não. Não tinha sido fácil tomar uma decisão, com mais de vinte anos passados, sobre um montante de 530.000,00€ (quinhentos e trinta mil euros),



em anos em que o município tinha sido obrigado, constantemente, a reduzir cerca de 10% do seu endividamento, sob pena de ver reduzidas as transferências de estado. -----

Referiu que no ano de 2011, após ter sido constituída a provisão com a ROC, o que tinham feito, tinha sido, verificar se efetivamente seria possível aferir, documento a documento, se conseguiam registar aquela dívida ou não. Eliminaram a provisão que tinha existido e, na contabilidade Geral/Patrimonial, tinha sido assumido aquele montante. Explicou que a Contabilidade Geral/Patrimonial não era a Contabilidade Orçamental, ou seja, a dívida existia desde o dia 1 de janeiro de 2012 e tinha contribuído para o endividamento, mas não estava inscrita na Orçamental, porque o orçamento não tinha cabimento para ela. -----

Disse à deputada Filipa Almeida que não podia colocar aquela dívida na Orçamental porque, se tivesse sido assumida na Orçamental, ele estaria a dizer à câmara e à assembleia, que tinha inscrito no orçamento uma dívida que ele, naquele momento, não conseguia confirmar. -----

Disse que a sua intenção nunca tinha sido aparecer ali com uma dívida de 530.000,00€ (quinhentos e trinta mil euros), que não estava inscrita na Orçamental. Referiu que sempre tinha ido ali, com todo o respeito, que sempre tinha zelado pelas contas da câmara, e que era essa a sua obrigação. -----

Disse que a Lei dos Compromissos dos Pagamentos em atraso obrigava o município apresentar o mapa dos pagamentos em atraso. Referiu que o mapa dos pagamentos em atraso da Câmara Municipal de Borba, relativa a 31 de dezembro de 2011, que tinha acompanhado o relatório de gestão, não tinha contemplado aquele montante de 530.000,00€ (quinhentos e trinta mil euros), quando o deveria ter feito. De seguida referiu que os responsáveis pela apresentação do mapa de pagamentos em atraso eram o chefe da divisão financeira e o presidente da câmara municipal. Realçou que era de todo interessado que a sua palavra fosse sincera.-----



De seguida explicou que aqueles documentos individuais da ADSE não eram faturas nem notas de débito, eram documentos que não eram discriminados, logo não era possível aferi-los. Seguidamente explicou o que eram aqueles documentos, as RO. -----

Disse que tinha pedido um parecer jurídico e um parecer à ROC e ambas tinham dando parecer que aquela despesa deveria ser inscrita. -----

Realçou que sempre tinha trazido ali dados corretos e verdadeiros, dos quais tinha conhecimento. Referiu que aquele assunto era demasiado sensível, razão pela qual ele achava que deveria ser tratado numa revisão orçamental e não no orçamento, discordando assim da senhora deputada Filipa. Disse que aquele ponto deveria ser entendido como um ponto autónomo, para que fosse inscrito, e se entendesse porque tinha sido inscrito daquela forma. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que era muito difícil controlar as despesas da ADSE porque, desde que um doente entrasse num hospital, o hospital poderia faturar o que entendesse, porque não existia capacidade para se verificar a autenticidade dos exames e tratamentos efetuados ao doente. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que estavam confrontados com mais uma dívida, em que uma parte era da responsabilidade da CDU e a outra parte do PS. Referiu que aquela questão era uma situação incómoda para as duas forças políticas que tinham estado no poder autárquico. De seguida disse que o que importava saber era se aquela era a única surpresa que existia, ou seja, se aqueles 530.000,00€ (quinhentos e trinta mil euros) eram mesmo a exceção. Referiu que já estava a ficar com pena do próximo presidente da câmara porque, para além de todos os encargos pesados, endividamento a que teria de dar resposta, agora aparecia mais um encargo, uma surpresa desagradável daquelas. -----

Salientou que esperava que até setembro de 2013, o presidente da câmara em exercício, contribuísse para que aquele encargo fosse pago, para que tal não contribuísse para a herança, já pesada, para o “pobre” próximo presidente daquela câmara. -----



----- **A deputada Filipa Almeida** disse que na altura em que tinha estado na câmara, anos 90/91, tinham detetado um montante exorbitante no valor debitado pela ADSE à câmara. Um tratamento dentário custara dez mil contos, em vez de dez contos. Tinham-se enganado ao escrever o valor. Acrescentou que naquela altura era mais fácil reconhecer erros daquele género, pois a dívida era mais pequena. Referiu que como aquele engano talvez tivessem acontecido muitos mais e que não tivessem sido detetados. Salientou que, como tinha dito o senhor chefe de divisão, era difícil analisar aqueles documentos porque o que chegava à câmara eram aquelas RO, em que nem a data dos exames/tratamentos/consulta estava indicada, mas sim o dia em que tinham sido registados, muito posteriormente à sua realização. -----

Disse que aquilo era escandaloso, que era um roubo generalizado que as câmaras não tinham conseguido alterar e que, futuramente, teriam que pagar. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que, para ele, o grave da questão era a existência da ADSE e do SNS, em que umas pessoas eram tratadas de uma forma e outras de outra. Disse que após chegado à Junta de São Bartolomeu, tinha tentado saber como funcionava aquela questão da ADSE. Depois de falar com aquele organismo tinham encontrado um esquema, o qual passava por efetuarem um pagamento trimestral à ADSE e assim tinham conseguido resolver o problema, tanto na Junta de São Bartolomeu como na Junta da Matriz. -----

Disse que acreditava na questão técnica, mas fazia-lhe espécie como é que um documento daqueles, cuja existência já vinha desde 2006, só agora estava ali a ser discutido. Realçou a sua preocupação e descontentamento por tal situação. -----

----- **A deputada Maria João Lopes** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida disse que havia que realçar um aspeto fundamental que a bancada do PSD sempre tinha pedido àquele executivo e à sua equipa: transparência. Realçou que era certíssimo que as contas fossem apresentadas assim, que estava correto o que o senhor chefe de divisão tinha dito. Se existia uma dívida tinha que estar ali, não tinha que ser escondida. Tinham



que se assumir as contas. Deixou uma palavra de bom trabalho para o executivo, o qual estava a levar a sério a transparência pedida pelo PSD. -----

Referiu que os trabalhadores tinham tido muita sorte por não lhes terem cortado a assistência na saúde porque, com valores tão elevados por pagar, no SNS não se agia da mesma forma. -----

----- **O deputado Joaquim Veiga** disse que aquela dívida sempre tinha sido conhecida por toda a gente. Desde o tempo em que tinha sido presidente da Assembleia Municipal que ouvia falar naquela dívida. Disse que ninguém tinha conseguido corrigir aquela dívida devido à forma com ela era apresentada, porque ninguém tinha conseguido conferir as RO enviadas pela ADSE. De seguida questionou como era conferida, naquele momento, a dívida. De seguida disse que se cada empregado da câmara consumisse cinco mil euros anuais, para no ano seguinte a ADSE debitaria à câmara cerca de um milhão e meio de euros. Como é que a câmara poderia conferir se aquela despesa tinha existido ou não? -----
Na sua opinião aquele assunto deveria ser tratado por profissionais e, como o governo estava cheio de profissionais, estava na altura de “pegarem” na ADSE e tentarem resolver aquele problema. Referiu que muitas das vezes até os funcionários não recebiam as participações a que tinham direito. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que se lembrava muito bem da discussão daquela dívida, tal como o senhor deputado Joaquim Veiga acabava de referir. Referiu que quem tinha colocado aquela questão tinha sido ele, na assembleia, na qual era presidente o senhor deputado Joaquim Veiga. Na sua opinião deveriam ir para tribunal, seria estado contra estado, alguém teria de fazer o ónus da prova, como não existia, não se deveria pagar. -----

Uma coisa era inscrever a dívida, outra era pagá-la. Nada garantia àquele executivo, ou ao que viesse a seguir, que não viesse a acontecer-lhe o mesmo de que estavam ali a falar, naquele dia. Realçou que aquilo não era um problema da câmara municipal de Borba, mas



sim um problema do sistema. Como alguém tinha dito um dia, “as dívidas não se pagavam, geriam-se”. -----

Salientou que aquela dívida vinha a ser gerida desde 1983, em que o valor era de 0,40€ (80\$00). -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que apesar de a dívida não aparecer nos documentos previsionais, ao longo daqueles mandatos, ele lembrava-se de aquele assunto ser ali discutido. -----

Informou que o sistema informático do SNS não era compatível com o sistema informático da ADSE. De seguida explicou como eram processados os valores do SNS à ADSE, e como aquela faturava à câmara. Referiu que as dívidas de maior valor eram as de foro oncológico e cardiológico, as quais tentavam sempre confirmar, mas era impossível, porque a partir do momento que um doente entrava num hospital, não se conseguia apurar os exames e tratamentos que eram realizados. -----

Disse ao senhor presidente da Assembleia que teriam que ter cuidado, quando disse que deveriam ir para tribunal, porque o senhor ministro dos Assuntos Parlamentares tinha dito que todas as câmaras que levantassem processos contra o governo não poderiam beneficiar dos apoios do estado. Afirmou que se estava pior do que no tempo do Salazar. ----

----- **O senhor vereador Serra Silva** disse que conferir aquelas questões era complicado, completamente impossível, porque nem o próprio doente sabia a que atos médicos tinha sido sujeito, enquanto tinha estado internado. Acrescentou que, para ele, aquilo tinha outra agravante, que era, para além das despesas que a câmara tinha que reembolsar à ADSE, todos os descontos dos funcionários serem entregues à ADSE. A câmara retinha, dos vencimentos dos funcionários, os descontos, os quais eram entregues à ADSE, razão pela qual ainda não tinham sido cortados os apoios aos funcionários. Explicou que a quota do funcionário era entregue à ADSE e a quota do município para com aquele funcionário também era entregue à ADSE. Depois o SNS fazia a fatura à ADSE e esta, por sua vez, enviava a fatura para a câmara. -----



Informou que aquilo de que o deputado António Anselmo tinha falado, tinha por nome **“Acórdãos de Capitalização”**, mas só era possível fazer para entidades que tivessem menos de 10 funcionários. -----

Disse que de há uns anos àquela parte, das verbas que eram transferidas do orçamento de estado para a câmara, parte delas ficavam retidas para o SNS, para que aquela dívida à ADSE não continuasse a avolumar. -----

Disse que era importante dar-se conhecimento e trazer ao orçamento aquela dívida. Quanto ao pagamento da mesma, teriam que ver como poderia ser feito. -----

Salientou que a sua preocupação era com o futuro. Naquele momento poder-se-ia fazer um acordo para pagar aquela dívida, mas dali a algum tempo poder-se-ia estar outra vez naquela situação, porque não era possível conferir os documentos que entretanto iam chegando. -----

Referiu que a nível do POCAL as coisas também eram complicadas, porque o ciclo da despesa se iniciava com a cabimentação, mas para se fazer a cabimentação, teria que se saber que se ia fazer aquela despesa. -----

Realçou que aquela questão da ADSE teria que ser muito bem pensada. -----

Disse que, naquele momento, a opção de pertencer à ADSE, para os funcionários públicos, era facultativa, e não obrigatória e já não dava descontos no IRS. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que não competia às câmaras municipais verificar as despesas da ADSE. Não cabia ao executivo municipal verificar se as despesas dos hospitais, ou do SNS, estavam corretas ou não. -----

Disse que o que se passava naquele momento era que toda a discussão à volta da ADSE e das questões da desconfiança, levaria, sem dúvida nenhuma, à proposta para que o sistema terminasse, proposta essa que já estava a ser preparada. -----

Realçou que o problema da ADSE e do seu controle era um problema central, do estado central, não cabia a nenhuma câmara verificar os valores faturados, não fazia sentido



nenhum. A responsabilidade da câmara passaria sim, pelo cumprimento do presente e tentar negociar as dívidas antigas. -----

Disse que o que estava em causa, naquele momento, era acabar com o sistema da ADSE, porque aquele sistema era contra o SNS. Salientou que aquela questão era extremamente complicada porque existiam variadíssimos interesses, até dos hospitais privados e clínicas privadas. Disse que o que iria acontecer seria a substituição sistemática, no grande negócio deste fim do século XXI, que era a saúde, de interesses públicos pelos interesses privados, que era aquilo a que já assistíamos todos os dias. Substituíam-se as instituições públicas pelas privadas, e o estado pagava na mesma, ou até mais. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2012.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquilo a que se tinha assistido ao longo dos anos, fruto da política dos sucessivos governos, tinha sido a uma tendência para as pessoas, que eram funcionários públicos e que já tinham um determinado número de anos de serviços, pedirem a aposentação. -----

Referiu que, por causa daquela situação, existiam serviços da autarquia em que já se verificavam alguns problemas a nível de pessoal, razão pela qual tinham tido a necessidade de fazer ajustamentos, em termos de mapa de pessoal e, de seguida, fazer os procedimentos concursais para colmatar algumas lacunas. Na sua opinião lacunas importantes e que, nalgumas situações, poderiam até colocar em causa o funcionamento de alguns serviços. -----

Salientou que aquele ponto estava interligado com o ponto seguinte. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que tinham agarrado no Mapa de Pessoal da primeira alteração, tinham sido retirados os funcionários que se tinham aposentado, e tinha sido feita a sua atualização. Tinha sido inscritas as possibilidades de criar um novo



lugar para um Assistente Técnico para ocupar o lugar de Fiscal Municipal, na Unidade de Planeamento e Obras Particulares, Fiscalização, por Tempo Indeterminado; tinha sido criado um lugar para Assistente Operacional na Unidade Sociocultural, para condutor de transportes colectivos, por Tempo Indeterminado, e tinham sido criados cinco novos postos de trabalho para Assistentes Operacionais, por Tempo Determinado, na Unidade de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos para desempenharem funções de: Condutor de Veículos pesados-1; Jardineiro/Auxiliar de Serviços Gerais-1; Serralheiro-2; Pedreiro/Cantoneiro-1. Realçou que importava entender que aquela alteração não ia acarretar qualquer custo adicional para o município, porque o mapa, no seu conjunto, apresentava o mesmo número de postos de trabalho que já apresentava anteriormente. -----

Salientou que a informação não espelhava, mas o município estava a cumprir o que o orçamento de estado tinha determinado no que respeitava à redução de pessoal, mediante certa percentagem, exceto o que estava afeto à educação por via de contratos de descentralização de competências, mediante a evolução dos últimos 3 anos, até 30 de setembro de 2011. De seguida explicou aquela evolução. -----

Seguidamente informou que o município, no dia 31 de dezembro de 2008, tinha ao seu serviço 215 trabalhadores, dos quais 41 eram afetados a contratos de descentralização de competências, sendo que o número de trabalhadores que contava para aquele número era de 174. No final de 2009 tinham passado de 174 para 199 trabalhadores tendo havido um acréscimo considerável. No final de 2010 tinham diminuído para 188 e no final de 2011 para 170. Referiu que, naquele momento, o município tinha menos 4 funcionários do que em 2008. Referiu que não dizia aquilo com agrado, mas tinha sido o que o município tinha tido que fazer. Disse que o município, desde o final de 2011 até 30 setembro de 2012, tinha que reduzir 2% nos seus funcionários que não estivessem afetos ao ministério de educação, o que significava que teriam que reduzir 3 postos de trabalho, até àquela data. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que, do ponto de vista orçamental e social, aqueles 7 postos de trabalho, sendo 2 postos de trabalho para contrato a Tempo Indeterminado e 5



por Tempo Determinado eram importantes. Tendo em conta que os 5 postos de trabalho também eram importantes, perguntava se não haveria possibilidade de alguns daqueles cinco serem, também, por Tempo Indeterminado. -----

Referiu que numa situação social difícil era bom ver a câmara municipal abrir concursos. Salientou que tinha ouvido o chefe de divisão dizer que havia “folga” financeira e orçamental para a abertura daqueles concursos, daí a sua pergunta, no que respeitava à possibilidade de mais alguns daqueles postos de trabalho serem por tempo indeterminado.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aqueles 2 postos de trabalho que tinham sido por tempo indeterminado eram aqueles que, à partida, seriam imprescindíveis, acrescentando que os outros também eram necessários. Mas, atendendo ao que se passava a nível das autarquias, com o esvaziamento dos trabalhos, não queria estar a criar falsas expectativas nas pessoas. Acrescentando que tinha sido a opção que tinham tomado não queria, no entanto, dizer que, no futuro, não se fizessem algumas alterações. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse à deputada Filipa Almeida que, ao nível dos custos para o município, não encontrava diferença entre os contratos a tempo indeterminado e a tempo determinado, para o exercício económico do tempo em que o contrato estava estipulado. A única diferença de custo ou encargo que poderia existir, para o município, era o assumir de um encargo sem saber até quando e no outro já se sabia que o teria de assumir para 3 anos. Acrescentou que as regalias de um funcionário com contrato a termo indeterminado eram quase as mesmas que um contrato a termo certo, só variando o tempo estipulado e, do ponto de vista social, a tranquilidade. -----

Realçou que, do ponto de vista do encargo financeiro assumido pela entidade patronal, era o mesmo. -----

Disse que, nos dois casos de contratos por tempo indeterminado, o município sabia que, à partida, aquela competência seria mantida na sua continuidade, nas outras não se sabia. ---



----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com **15 votos a favor** (eleitos do PS e CDU) e **3 abstenções** (eleitos do PSD). -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta da Abertura de Procedimentos Concursais.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele ponto era um seguimento do ponto anterior. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com **15 votos a favor** (eleitos do PS e CDU) e **3 abstenções** (eleitos do PSD). -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Reorganização Administrativa.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham sido distribuídos, pelos senhores deputados, os documentos aprovados em deliberação em sede das Assembleias de Freguesia de Matriz, São Bartolomeu, Orada e Rio de Moinhos. -----

Disse que, de acordo com a Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, as Assembleias Municipais ficavam mandatadas para emitir a chamada pronúncia sobre aquela Reorganização Administrativa. -----

Disse que, a título pessoal, aquela era, talvez, a lei mais clara e mais ambígua que tinha visto nos últimos tempos. Era uma lei que já chegava ao ponto de dizer “ *meus amigos, quem se portar bem, é recompensado financeiramente*”, o legislador assim o tinha entendido. Afirmou que as leis, teoricamente, deveriam ser cumpridas, se não fossem existiam os tribunais. -----

Referiu que tinha aprendido na escola que existia uma pirâmide, em termos legislativos, que existiam determinadas leis que, em última instância, deveriam ser sempre cumpridas, caso da chamada Lei Constitucional ou Constituição da República Portuguesa, a qual, variadamente, era desrespeitada. -----



Realçou que a Assembleia Municipal de Borba tinha que emitir uma pronúncia favorável a uma Reorganização Administrativa ou uma pronúncia desfavorável, de acordo com a lei. Salientou que a lei previa que aquela pronúncia deveria ser feita até noventa dias após a entrada de lei em vigor. -----

Disse que havia uma prorrogação daquele prazo até ao dia 14 de Outubro, segundo uma informação recebida, mas sobre a qual ele não tinha certezas. Referiu já ter falado com o senhor deputado Benjamim Espiguinha e com a deputada Amélia Bilro, acerca daquele assunto. -----

Informou que não tinha sido possível fazer chegar os documentos com as deliberações das Assembleias de freguesia, mais cedo, aos senhores deputados. -----

Realçou que o município de Borba estava fora da chamada redução/fusão das freguesias, mencionado naquela Lei nº22/2012. -----

Disse que a pronúncia da Assembleia Municipal, prevista no nº.1 do artigo 11 da lei 22/2012 de 30 de maio, tinha que conter os seguintes elementos: -----

- a) Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para os efeitos da presente lei; -----
- b) Numero de freguesias; -----
- c) Denominação das freguesias; -----
- d) Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias; -----
- e) Determinação da localização das sedes das freguesias; -----
- f) Nota justificativa da pronúncia; -----

Informou que a Assembleia não tinha ainda nenhum documento construído com todos aqueles documentos e acrescentou que o que poderiam fazer ali, naquele dia, era mandar a mesa da Assembleia elaborar aquele documento, de acordo com a votação que fosse ali feita. -----

Pediú aos 4 presidentes de Junta dos municípios que expressassem os seus argumentos, resultantes das decisões das assembleias de freguesia. -----



----- **A deputada Amélia Bilro** desejou boa noite a todos os presentes e disse que o objetivo era manter na cidade de Borba as 4 freguesias. Repudiou inteiramente a atitude do governo. Salientou que não se tratava de uma freguesia em particular, mas sim de um todo. Informou que a freguesia de São Bartolomeu não tinha só 150 habitantes e dado que não era aquela a sua situação, iriam continuar a lutar pela continuação das 4 freguesias. -----

Disse que tinha nascido e residia e era presidente da freguesia de São Bartolomeu e que defendia aquilo como um direito que julgava ser dela. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** disse que, como presidente de junta de uma freguesia rural (ao que parecia, também elas, talvez viessem a ser, algumas, agregadas), queria expressar a sua opinião de que as 4 freguesias do Município de Borba deveriam continuar a existir. ----

----- **O deputado José Dias** referiu o seu parecer favorável à deliberação da continuação das 4 freguesias no Município de Borba e acrescentou que, perante aquela lei, o município teria a continuação das 4 freguesias. Realçou que era importante a continuação, tanto das freguesias rurais, como das urbanas pois eram elas que estavam mais próximas das populações. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que aquela lei era clara nuns pontos, mas noutros não, e explicou o referido. -----

Referiu que a lei 22/2012, de 30 de maio, informava que as freguesias que se agregassem receberiam 15% do estado. Disse que tinha proposto, na assembleia de freguesia de Matriz, que as juntas de freguesia de Matriz, Orada e Rio de Moinhos, se agregassem a São Bartolomeu e que o dinheiro que recebessem seria utilizado, no que fosse necessário, para a população. Disse que depois poderiam abrir delegações de freguesia, na Orada; Rio de Moinhos. Salientou que o património de São Bartolomeu era grande. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que era contra a extinção de freguesias, no entanto, existiam freguesias que talvez tivessem que se agregar. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que sabia que estava no Memorando da TROIKA que deveria haver uma Reorganização Administrativa, mas interrogava-se até que ponto, 3



funcionários menores do Fundo Monetário, do BCE, da Europa, poderiam impor a um país a mudança da sua história. Salientou que aquela questão lhe fazia “*muita impressão*”, como português. Perguntou como era possível estar escrita no Memorando aquela Reorganização Administrativa, sem ser de vontade do Povo. -----

Realçou que uma Reorganização Autárquica Territorial que passava pelas freguesias fazia lembrar o velho ditado chinês: “*quando o homem aponta para a lua, o idiota olha para o dedo.*”-----

Disse que, segundo os cálculos da ANAFRE, aquela reorganização de freguesias daria uma poupança, por ano, de cinco milhões de euros. -----

Afirmou ser contra a intervenção de funcionários menores na reorganização do seu país. Afirmou que aquela lei era má, não prestava, porque era aplicada aos órgãos que ainda tinham alguma presença e ligação com a população/pessoas do país, onde a desigualdade persistia, onde o interior era abandonado em todos os sentidos. Disse que era totalmente contra aquela lei; que a pronúncia daquela assembleia municipal deveria ser que aquela lei não tinha sentido, e não tinha sentido aplicada às juntas de freguesias e dando como medalhas 15% de vinte mil euros. Afirmou que Portugal não era um povo de mendigos nem desgraçados para ser tratado assim. Teria que haver dignidade na política, na forma como as pessoas eram tratadas, dignidade na discussão. Na sua opinião aquela lei não tinha o mínimo de dignidade para poder ser discutida. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a lei ia mais longe, no seu artigo 16, na Reorganização administrativa do território dos municípios, também premiava quem conseguisse chegar mais “à frente”, quando se dizia que “*Os municípios criados por fusão têm tratamento preferencial no acesso a linhas de crédito asseguradas pelo Estado e no apoio a projetos nos domínios do empreendedorismo, da inovação social e da promoção da coesão territorial*”. E mais, “*Sem prejuízo do disposto no número anterior, a participação no Fundo de Garantia Municipal do município criado por fusão é aumentada em 15% até ao final do mandato seguinte à fusão*”. -----



Referiu que tinham acabado por reduzir aquilo que tinham sido 30 anos do que, para ele, era o poder mais importante do país, o chamado Poder Local, ao economicismo a que estavam votados desde havia 2 anos. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que o que lhe fazia confusão era as pessoas discutirem aquelas questões na base do dinheiro; que a vida das sociedades, dos povos, pudesse ser reduzida àquela questão de prémios em dinheiro. -----

Salientou que a reforma administrativa de Mouzinho de Silveira, que tinha recriado o concelho de Borba, tinha estudado e auscultado as sociedades, indo ao passado histórico de cada região. -----

Disse que lhe causava muita “impressão “que aquela questão tão portuguesa, tão histórica, de um país com as fronteiras mais antigas da Europa, fosse colocada, assim, daquela forma. -----

----- **O deputado Joaquim Veiga** disse que iria ser breve, porque algumas das coisas que tinha para dizer na sua intervenção, já tinham sido referidas pelo Senhor deputado Carlos Cabral. -----

Referiu que o “ Relvas”era um habilidoso e que tinha sido incumbido de fazer uma reforma administrativa, posição que ele já tinha tentado manter, em relação aos municípios, num outro governo, no qual tinha sido secretário de estado. -----

Salientou que não era contra a reforma administrativa. Disse que em Lisboa tinham sido as próprias freguesias que tinham optado por aquela via, a qual iria contribuir para uma melhor gestão do município. -----

Disse que discordava, complementemente, daquelas formas de atuação, em relação à extinção/fusão de freguesias. Reafirmou que o “Relvas” era um habilidoso e que não se devia “safar” das freguesias. Disse que ele iria executar uma política em que apresentava um trabalho qualquer, quem o “não afrontasse safava-se”, quem “o afrontasse mergulhava”. Disse ter opinião favorável à junção de municípios, quando houvesse interesse para ambos e quando a decisão fosse sua, e não imposta por outros. -----



----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que quem tinha despoletado aquela questão da reorganização administrativa tinha sido o partido socialista, tinha sido ele que tinha dito à TROIKA que Portugal tinha municípios a mais, e nem tinha tido a preocupação de explicar a natureza dos municípios, tinha colocado tudo no mesmo saco. Não tinha explicado o que eram autarquias e o que eram freguesias. Referiu que parecia que o partido socialista, rapidamente, se tinha esquecido daquela situação, mas era importante que as pessoas soubessem donde tinha partido aquela questão. Afirmou que aquela questão tinha sido desencadeada pelo partido socialista, mas que, naquele momento, de forma cobarde, queria meter-se fora daquele processo. -----

No seguimento da intervenção do senhor deputado Joaquim Veiga, no que respeitava à reorganização administrativa, disse que também ele não sabia se aquela que estava ali seria a melhor; não tinha aquela certeza. Acrescentou que a única certeza que tinha era que aquela era a única, não havia mais nenhuma proposta em cima da mesa. Disse que o partido socialista, politicamente, tinha tido a obrigação de ter uma proposta, visto ter sido ele a propor à TROIKA aquela ideia. De seguida deu exemplos de localidades onde já tinham iniciado o processo de agregação de freguesias (Lisboa, Évora). -----

Disse que a bancada do PSD entendia ser importante aquela discussão, a qual necessitava de alguma ponderação e análise. Disse que tinham sido confrontados, no intervalo daquela assembleia, com os pareceres das 4 freguesias, relativamente àquele assunto, pareceres esses que eles não conheciam e nem tinham em seu poder. Tinham sido apresentados ali, naquele dia. -----

Afirmou pensar que seria opinião praticamente unanime que aquele processo de pronúncia se poderia realizar até ao dia 14 de outubro e acrescentou que, na opinião da bancada do PSD, para que se pudesse analisar melhor aquela questão, ela deveria ser discutida na próxima assembleia, uma vez que havia tempo para isso. Realçou que aquela era a posição da bancada do PSD. -----



Perguntou à presidente da junta de freguesia de São Bartolomeu se era ou não verdade que tinha estado presente na assembleia de freguesia de São Bartolomeu um parecer da jurista do município, o qual dizia que não tinha a certeza se Borba, apesar de ter 4 freguesias, não seria obrigada, mesmo assim, a perder uma freguesia urbana. Disse que a informação que possuía tinha sido que aquele parecer tinha sido apresentado. Salientou que só queria saber se aquilo correspondia à verdade. Reafirmou que a posição do PSD era que tivessem mais tempo para analisar aquela questão e que a pudessem discutir em Setembro, na próxima sessão da assembleia municipal. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que, pelo que tinha percebido, o que o senhor deputado tinha feito era uma proposta à mesa da Assembleia Municipal para que aquela questão da Reorganização Administrativa, a pronúncia da Assembleia, fosse a uma próxima sessão da Assembleia Municipal. De seguida disse que fizessem chegar a proposta à mesa da Assembleia. -----

----- **A deputada Amélia Bilro** referiu que tinha pedido apoio jurídico no sentido de poder explicar, na assembleia de freguesia, qual seria a melhor forma de resolver aquela questão. Se os membros da assembleia de freguesia estavam ou não de acordo que fosse apresentado um parecer, com a sua opinião sobre aquele assunto, o qual eles podiam assinar ou não, conforme concordassem, ou não, com o seu conteúdo. Disse que tinha informado os membros da assembleia de freguesia do pedido de apoio à Jurista da câmara. Disse que ao apresentar o parecer todos tinha concordado com a sua assinatura, exceto um elemento, o qual disse que não assinava, não por não concordar, mas por achar que a lei já contemplava a continuidade das 4 freguesias. Acrescentou que, mais tarde, aquele elemento tinha acabado por assinar o documento. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** pediu ao senhor deputado Benjamim Espiguinha que o esclarecesse em que documento se tinha baseado para dizer que o PS tinha dito à TROIKA que havia municípios e freguesias a mais, conforme afirmação feita. -----



----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que aquela informação lhe tinha sido transmitida pelos órgãos superiores do PSD. -----

----- **O deputado António Proença** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida disse que tinha ficado muito triste ao ouvir um social-democrata, em televisão, dizer que uma freguesia não era uma autarquia. -----

Disse que as freguesias em Portugal estavam como as comunas nos Estados Unidos da América. Referiu que tinha existido uma grande luta para que as Comunas se conseguissem organizar. -----

Referiu que governo tinha tido alguma leviandade a tratar aquele assunto. Disse que estava de acordo com o deputado Joaquim Veiga, quando aquele tinha dito que era a favor da reforma administrativa, mas o que ele entendia era que deveria existir mais bom senso no tratamento do assunto. Realçou que aquele assunto era altamente delicado. Disse que o governo estava a contrariar a sua própria inteligência. Referiu que o que pretendiam fazer com aquela reforma administrativa era tirar o poder ao povo. De seguida mencionou o valor que era atribuído, em orçamento, às juntas de freguesia. Segundo muitas pessoas era “uma gota de água no oceano”. Na sua opinião deveriam ser criadas regiões administrativas, deveriam pensar na descentralização. -----

Segundo ele, o Presidente da República já se deveria ter imposto, naquela situação, a qual não levaria a bom porto. Referiu que se caminhava para o abismo, todos os dias, em todos os aspectos: no enceramento das escolas; dos tribunais; dos hospitais; dos centros de saúde. -----

Disse ao deputado Benjamim que o governo não ia tocar nos municípios, porque aquilo, iria fazer-lhe perder muitos votos. Disse-lhe também que o considerava uma pessoa inteligente e que ambos viam as coisas da mesma maneira e respeitavam as ideologias de cada um, só que lhe parecia que o senhor deputado Benjamim Espiguinha estava a contrariar a sua própria inteligência. -----



Terminou a sua intervenção reafirmando que as decisões teriam que ser tomadas em consenso. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que, segundo tinha entendido, não existia nenhuma proposta sobre a qual se pudessem pronunciar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que, segundo a minuta da câmara, nos termos do disposto no n.º.1 do artigo 11 da lei 22/2012 de 30 de maio, se solicitava à assembleia que emita uma pronúncia sobre a Reorganização Administrativa. Disse que aquela era a única pronúncia que existia. De acordo com a lei, aquela assembleia deveria analisar e ponderar as deliberações aprovadas em cada uma das respetivas assembleias de freguesia. Referiu que a mesa da assembleia ainda não tinha feito nenhuma proposta àquela assembleia, o que tinham ali era a proposta da câmara. Estava previsto no artigo n.º.11 da lei n.º.22/2012 que *“sempre que a câmara municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior (reorganização administrativa) deve apresentar à assembleia municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município”*. Referiu que se fosse feita a ligação ao artigo 1.º., n.º.2 *“consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias ...”*perante a minuta que estava presente, decidiriam emitir, ou não, a pronúncia relativa à reorganização administrativa. Acrescentou que tinham, além do pedido formal da câmara municipal, mais 4 pedidos das assembleias de freguesia, a solicitar que a assembleia se manifestasse, de acordo com aquilo que tinha sido aprovado nas assembleias de freguesia. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que tinha entendido, da intervenção do senhor presidente, que não havia ainda uma proposta de pronúncia, de texto, da assembleia municipal (...) -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse que o artigo n.º.11 no n.º.5 da lei 22/2012 de 30 de maio dizia que “a pronúncia da assembleia municipal deve conter os seguintes elementos; “a) Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para os efeitos da presente lei; b)Número de



freguesias; c) Denominação e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias; d) Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias; e) Determinação da localização das sedes das freguesias; f) Nota justificativa"; seria aquela pronúncia, com aqueles elementos que a assembleia ainda não tinha, que seria posteriormente construída, conforme fosse mandatado, ali, naquele dia, e enviada à assembleia da república, exprimindo a decisão tomada pela Assembleia Municipal. Salientou que, formalmente, não sabia qual seria a decisão daquela Assembleia Municipal. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** (continuando) Disse que a sua dúvida não tinha que ver com a posição, mas sim com o processo formal. Referiu que, em termos de posição política, pensava que ninguém tinha dúvidas de que a CDU era frontalmente contra a extinção, por método ditatorial, de qualquer freguesia. Salientou que tinham sido a primeira força política a trazer aquele assunto à assembleia municipal, pois não concordavam com aquela forma de imposição, de acabarem com a democracia. Realçou que não eram contra as reformas por princípio, eram contra sim, contra aquele modelo, aquela lei, as decisões em gabinete, de extinguir freguesias. Era contra aquela política mercantilista de poupar uns tostões, para depois gastarem milhões em coisas que não serviam o povo português. ----- Realçou que estavam a favor dos pareceres das assembleias de freguesia, que tinham sido distribuídos e, de seguida, salientou que não participavam naquele "peditório de extinguir freguesias". -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que as freguesias só funcionavam se tivessem meios para trabalhar. Referiu que na sua opinião os presidentes de junta sempre tinham sido mal aproveitados naquele concelho. De seguida utilizou uma frase do senhor Jorge Sampaio, "quem quiser fazer política, venha para as freguesias", para dizer que era ali que as dificuldades se sentiam. Tinha que se saber gerir muito bem o pouco que se tinha, os meios que existiam, para que pudessem fazer alguma coisa em prol das populações. -----

----- **A deputada Maria João Cavaco** disse que as palavras do deputado Benjamim Espiguinha espelhavam bem a posição do PSD. Acrescentou que iriam apresentar à mesa



da assembleia a sua proposta, relativamente àquele assunto, porque, segundo aquela lei e conforme a interpretação que dela fazia o PSD, poderia ser extinta uma freguesia no município de Borba -----

Referiu que a lei nº. 22/2012, de 30 de maio, no artigo nº.5 , referia "*classificação de freguesias situadas em lugar urbano*", salientando que a única freguesia que era considerada lugar urbano era a freguesia da matriz, que tinha mais que dois mil habitantes. Salientou que a posição do PSD era que houvesse calma, para que todas as forças políticas pudessem tirar as suas dúvidas com quem de direito. As pessoas tinham o direito de ser informadas sobre o que se iria fazer. No caso de alguma freguesia ser extinta, as pessoas tinham que saber que não iriam perder a sua identidade. Salientou que existiam informações que eram muito importantes para a população. Realçou que as pessoas deveriam ser informadas do que iria acontecer. Referiu que, no capítulo 3, da lei nº 22/2012, os municípios eram convidados à fusão. Disse que o problema da extinção das freguesias era grave, mas não poderiam esquecer aquele capítulo 3, da lei nº 22/2012, o qual convidava os municípios à fusão. Teria que existir muito cuidado. Aquilo que estava ali não era uma proposta de lei, aquilo era uma lei da assembleia da república que todos eram obrigados a cumprir. Disse que talvez a próxima lei a ser publicada já trouxesse a fusão dos municípios. Disse ao senhor presidente que reforçava o pedido para que a proposta do PSD fosse colocada à votação para que aquela lei nº 22/2012 pudesse ser analisada por todos os presentes, para que a mesa da assembleia não fosse legitimada isoladamente para fazer aquela pronúncia, mas para que todos, pela primeira vez, em conjunto, fizessem chegar a ela, propostas para acautelar o que viria. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha sido entregue na mesa da Assembleia Municipal uma proposta pelo grupo do PSD a qual passava a ler: (que se arquiva em pasta anexa como **doc. Nº.5**) -----



“O Grupo Municipal do PSD vem propor a V,Ex^a, que a discussão sobre a reorganização Administrativa e a respetiva pronúncia, prevista no artigo n.º.7 da lei n.º22/2012, se faça na próxima sessão ordinária deste órgão a realizar-se em setembro do corrente ano” -----

O Grupo Municipal do PSD -----

Benjamim António Ferreira Espiguinha -----

Nelson Joaquim Gomes Gato -----

Maria João Barroso Lopes Cavaco -----

Disse que aquela proposta teria que ser votada para se decidir sobre a sua admissibilidade ou não. Caso fosse aprovada terminariam ali a discussão daquele ponto e voltariam a discuti-lo na assembleia de setembro, se estivesse dentro do prazo legal. Disse que estrategicamente ainda estaria, tendo em conta que tinha sido publicada a 30 de maio, sem período de *vacatio legis*, entrava imediatamente em vigor, após a sua publicação. Tendo em conta que, teoricamente, estava de acordo com o facto de o assunto ser discutido e que legalmente era possível, passou à votação da proposta. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** perguntou se poderiam pronunciar-se sobre aquele assunto em setembro. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que existia uma discussão teórica, em termos legais, sobre o período de admissibilidade de entrada em vigor imediata das leis sem período de *vacatio legis*. Referiu que aquela lei dizia que entrava em vigor no dia imediatamente após a sua publicação, o que significava que o período de *vacatio legis*, que era de 15 dias perante a lei, tinha deixado de estar em vigor para aquela lei. Disse que aquela lei tinha entrado em vigor no dia 1 de junho de 2012 e que assim tinham que se contar 90 dias a partir daquela data para a data da pronúncia. Referiu que se existisse uma interrupção legislativa que suspendesse a contagem (férias judiciais), aquela lei poderia eventualmente ir até setembro. Disse que estavam a falar de uma proposta. Realçou que tinha, juridicamente, muitas dúvidas relativamente à contagem daquele período porque as férias judiciais não suspendiam a contagem em alguns prazos. -----



Disse que a proposta que estava em cima da mesa deveria ser discutida e votada.-- Disse que não concordava com a forma como aquela lei tinha sido feita. Concordava com a Reforma Administrativa, mas não com aquela Reforma Administrativa, a qual não era útil ao país. Disse detestar que as coisas fossem impostas por decreto ao país, sem se falar com as populações, com as pessoas. Perguntou porque não se perguntava às pessoas o que achavam daquela Reforma Administrativa, a qual era obrigatória conforme estava escrito no artigo nº1-----

Disse que a questão dos municípios o preocupava mais que a questão das freguesias porque, para ele, reformas feitas por decreto não funcionavam. -----

----- **A deputada Maria João Cavaco** disse que o PSD pedia que fosse solicitado a um advogado que contasse aquele prazo, porque existiam 3 formas para contar aquele prazo: uma de prazo contínuo e terminava a 29 de agosto, outra se fossem dias úteis, o prazo terminaria dia 8 de outubro (...) -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo)... disse que não existia problema nenhum, porque a Assembleia Municipal poderia ser convocada extraordinariamente, mas primeiro teriam que votar a proposta que estava em cima da mesa. Disse que para ele, aquela lei, era uma lei com entrada em vigor com prazo contínuo. De seguida disse que iriam votar a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, a qual propunha adiar a discussão de ponto 3.6 da ordem de trabalhos. -----
Após a votação a proposta foi rejeitada, com 14 votos contra (eleitos do PS e CDU) e 3 votos a favor (eleitos do PSD). Encontrava-se ausente da sala, no momento da votação, um deputado do PS.-----

O presidente da Assembleia Municipal disse que, para ele, a Reforma Administrativa que estava em cima da mesa, não era uma Reforma Administrativa, era uma reforma proveniente do memorando assinado com a TROIKA, que resultava do Livro Verde, o qual já tinha sido discutido ali, e que limitava muito o poder autárquico. Era uma reforma tomada contra as populações e sem sentir o que era definido naquela lei como um dos pontos



fulcrais dos objetivos daquela realização administrativa que era a “ *Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local; e a Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações*”. Não fazia sentido nenhum extinguir freguesias e falar em serviços de proximidade, quando se iria deixar grande parte do país desprovido. Naquele momento era a extinção das juntas de freguesia e no futuro seriam outros serviços (finanças, correios, câmaras...). -----

Referiu que as populações deveriam ser ouvidas para darem a sua opinião. -----Disse que o seu parecer, enquanto deputado daquela Assembleia Municipal, seria favorável ao parecer dado nas 4 assembleias de freguesia. Era radicalmente contra àquilo que era aquela lei: extinguir órgãos de soberania a troco de dinheiro. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que as leis existiam para se cumprir ou não cumprir, porque se fossem todas cumpridas não existiriam advogados. Disse que as leis são relações de força da sociedade, a cada momento. -----

De seguida contou uma história dos jovens mancebos para explicar como estava enraizada na história a tradição das freguesias. -----

Disse que não tinha sido o PS a fazer aquela proposta no memorando da TROIKA, que o que estava no memorando era uma cópia igual ao que tinha sido aplicado na Grécia. Referiu que o memorando da TROIKA tinha sido negociado com o PS, PSD e CDS, os quais tinham tido toda a possibilidade de fazerem as suas propostas para aprovar o memorando e que depois tinha reformado o memorando no seu programa eleitoral e se orgulhavam de ir mais longe que o próprio memorando. ---Disse que o artigo nº 3 da lei nº 22/2012 não definia nada e não era por acaso. Tinha deixado tudo em aberto, propositadamente, porque não se podiam meter com o lobby do PSD. Salientou que aquela lei era muito má, tinha tanto “alçapão” metido que, na sua opinião, a Assembleia Municipal de Borba estar a discuti-la era estar abaixo da sua dignidade. De seguida apresentou uma moção, a qual passou a ler: (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.6**)-----

“A Assembleia Municipal de Borba, reunida em 29 de junho de 2012, instada a emitir



pronúncia sobre a Reorganização Administrativa, conforme o disposto no nº1 do Artigo 11 da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio, aprova: Dar parecer negativo à lei anteriormente referida.---

O deputado municipal -----

Carlos Cabral -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham uma moção na mesa, a qual tinha que ser discutida e votada de imediato. -----

Após a votação, a Moção foi aprovada com 13 votos a favor (eleitos do PS e CDU) e 3 votos contra (eleitos do PSD). No momento da votação estavam ausentes da sala 2 deputados. ----

----- **O deputado Benjamim Espiguiña** disse que no seguimento daquela discussão não valia a pena tecer mais considerandos. De seguida disse que queriam apresentar uma proposta relacionada com a cidade, cuja designação era (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.7**): -----

“Proposta de Fusão das Freguesias Urbanas de S. Bartolomeu e Matriz”. ----- *Estando a decorrer o período de pronúncia pelas Assembleias Municipais sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, entende o Grupo Municipal do PSD ser a altura indicada para se proceder à fusão das suas freguesias Urbanas de Borba, ou seja, a Freguesia de S. Bartolomeu e a Freguesia de Matriz. --O nº3 do art.º6.º da Lei 22/2012 de 30 de maio, deixa claro que, com exceção das freguesias com menos de 150 habitantes, mencionadas no nº.º 2 do referido Artigo, a extinção ou agregação de freguesias não é obrigatória quando o município possui 4 (quatro) ou menos freguesias, prevalecendo assim sobre a alínea c) do art.º 6.º dessa mesma lei.* -----

No entanto foram traçados para a Reorganização Administrativa do Território das Autarquias, os seguintes objetivos: -----

a. Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local; -----

b. Alargamento das atribuições das freguesias e dos correspondentes recursos; -----

c. Aprofundamento da capacidade de intervenção da Junta de Freguesia; -----

d. Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas



*Freguesias às populações; -----
e. Promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas Autarquias Locais; -----
Entende o PSD que, a agregação das duas Freguesias Urbanas de Borba, se encaixa
perfeitamente na totalidade dos objetivos traçados para a reorganização, traduzindo-se assim a
agregação das duas freguesias numa mais-valia para todos os seus residentes, mais-valia
essa que se traduzirá num reforço de competências, através de um novo regime de atribuições
e competências, acompanhado do reforço das correspondentes transferências financeiras do
estado, sendo que, a participação no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) da
freguesia criada por agregação é aumentada em 15%, até ao final do mandato seguinte à
agregação, desde que essa agregação resulte de pronúncia da Assembleia Municipal. -----
A Assembleia Municipal de Borba, reunida em 29 de junho de 2012, usando a prerrogativa que
lhe é conferida pelo n.º1 do art.º11 da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, deliberou proceder à
agregação das duas freguesias urbanas de Borba. -----Borba, 29 de junho de 2012. -----*

----- O presidente da Câmara Municipal disse que este devia ser o país onde mais se legislava e menos se cumpria. Referiu que a análise daquela lei tinha sido feita por vários juristas e que cada um tinha tido opiniões completamente diferentes dos outros. Dos pareceres que tinha lido tinha chegado à conclusão que aquela lei era uma lei maquiavélica. Existiam ali situações que eram completamente vergonhosas. Disse que a câmara tinha optado por aquela situação, trazer à Assembleia os pareceres emitidos pela assembleias de freguesia, com os quais a câmara se tinha tornada solidária, e para que, posteriormente, a assembleia tomasse a sua posição. Referiu que os prazos daquela lei tinham sido definidos cirurgicamente, para apanhar “descalços”, as assembleias e as assembleias de freguesia. Informou que o parecer da jurista da câmara era que a lei não era interrompida, acrescentando que se tinha de cumprir o que a lei realmente dizia. -----
Salientou o papel importante das juntas de freguesia, independentemente de terem ou não dinheiro. Importante era o contacto mantido com as pessoas, o encaminhá-las para os serviços pretendidos. Realçou o importante papel de articulação das juntas de freguesia



com a câmara. -----

Referiu que as Juntas de freguesia eram quem mais próximo estava das populações e as ajudava, muitas vezes, em pequenas coisas, mas importantes. -----

Realçou que aquela lei era um ataque ao Poder Local. Disse que, futuramente, o governo iria asfixiar de tal forma os municípios que, depois, viria dizer que não valia a pena existirem e começariam a existir as comunidades intermunicipais. -----

Disse que na ANMP também deveria existir limitação de mandatos porque, ali sim, eram tomadas determinado tipo de decisões só para câmaras de determinado tipo dimensão. -----

Disse que os sucessivos governos se tinham servido das autarquias, nomeadamente em termos de obras, para depois as acusarem de despesistas. -----

Referiu que a ANMP não tinha aprovado a reprogramação do QREN, acrescentando que o memorando que o governo tinha assinado com a ANMP estava a ser violado. Disse que teria de existir algum cuidado na interpretação da lei porque, por vezes, uma interpretação leviana poderia conduzir ao erro. Referiu compreender a posição tomada pelo PSD, mas acrescentou que tinha sido assim, que ao longo dos anos os municípios tinham sido enganados. Referiu que aquilo tanto se aplicava ao PS como ao PSD, a forma airosa como os sucessivos governos tinham enganado os municípios. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta apresentada pelo PSD, “Proposta de Fusão das Freguesias Urbanas de S. Bartolomeu e Matriz”, tendo a mesma sido rejeitada com 13 votos contra (eleitos do PS e CDU) e 3 votos a favor (eleitos do PSD). -----

Disse que aquela assembleia municipal era instada a pronunciar-se sobre aquela reforma administrativa. Aquela mesa elaboraria o documento de acordo com o art.º n.º 11 da lei 22/2012 e faria chegar às instâncias competentes, conforme referia a lei, a decisão tomada pela assembleia municipal. -----

De seguida disse que se tinha que tomar uma decisão sobre Reorganização Administrativa e que a Assembleia tinha que elaborar uma pronúncia positiva ou negativa de acordo com



aquela Reorganização Administrativa. Afirmou que o que estava em cima da mesa era a reforma administrativa de acordo com o n.º.1 da lei 22/2012 e o acordo das decisões das assembleias de freguesia e o acordo da minuta da câmara municipal. -----

De seguida colocou à votação a emissão da pronúncia, tendo sido aprovada a emissão de pronúncia com 13 votos a favor, de pronúncia desfavorável à agregação de freguesias (eleitos do PS e CDU) e 3 votos contra, neste caso da emissão de pronúncia favorável à agregação de freguesias, de acordo com o contemplado na lei, nomeadamente no art.º 6 n.º3, segundo a proposta apresentada pelo PSD. -----

Salientou que a Assembleia faria chegar às entidades competentes a pronúncia ali aprovada, segundo o art.º 11 n.º5 da lei 22/2012 de 30 de maio, o documento correspondente àquilo que a lei solicitava. -----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que todos os deputados tinham em seu poder os documentos relativos ao relatório financeiro. No que respeitava à execução orçamental da receita, no período de 01-01-2012 e 20-06-2012, Receitas Correntes, cerca de 34%, Receitas de Capital 7%, o que dava um total de 17,13%. Em termos de execução orçamental da despesa, a nível de despesas correntes, na ordem dos 31,5%, despesas de Capital cerca de 7,7%, que dava um total de 16,31%. Dívidas a terceiros, cerca de 6.000.000,00€ (6 milhões de euros). Empréstimos a médio e longo prazo 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), e empréstimos a curto prazo 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Relativamente aos limites de endividamento, aqueles não tinham sido ultrapassados. -----
Relativamente à atividade do município respigou algumas atividades que, disse, lhe pareciam mais importantes: reunião de preparação para a realização do Global Stone-Congresso dos mármore em Borba, no Cevalor nos dias 16 a 20 de junho; reunião com a Comissão de festas de Santiago Rio de Moinhos, no sentido de resolver o problema da



praça de touros; reunião com o objetivo de encontrar uma parceria para criar o Centro de Interpretação da Batalha de Montes Claros; participação na Inauguração do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros em Fronteira; Encontro em Vendas Novas, devido à tomada de posição do governo relativamente ao Poder Local Democrático.-----

Relativamente aos Planos disse que o Plano de Pormenor da Cruz de Cristo estava praticamente concluído, tinha tido uma reunião com a Comissão de Coordenação Regional (CCDR); relativamente ao Plano de Pormenor da UOPJ0 tinha sido deliberado, na reunião de câmara do dia 20-06-2012, proceder à abertura do período de discussão pública; Plano de Pormenor à Ecopista continuava em elaboração e Plano de Pormenor de Santa Bárbara também se encontrava em elaboração. -----

De seguida passou a palavra aos senhores vereadores. -----

----- **O senhor vereador Humberto Ratado** disse aos senhores deputados que se disponibilizava para alguma questão que quisessem ver mais debatida, ou esclarecida, relativamente às atividades que ali se encontravam ou a outras observações, se assim o entendessem.-----

----- **O senhor vereador Hugo Mendanha** disse que, da listagem das obras municipais que os senhores deputados possuíam, salientava a ampliação do mercado municipal, a parte da certificação elétrica definitiva, que tinha sido feita por parte da EDP; os recursos das piscinas descobertas; a recuperação do caminho rural, Azinhaga do Carmeleiro, em Santiago Rio de Moinhos. -----

----- **O deputado Manuel Liliu Prates** disse que na última assembleia, depois de ter lido um pequeno texto, o senhor presidente tinha dito que ele estava com falta de vista, que tinha que ir ao oftalmologista, conselho que seguiu, e uns dias depois dirigiu-se a uma consulta de oftalmologia. O médico disse-lhe que o problema não era das lentes, que o que ele não via era: o Jardim em Rio de Moinhos; a ETAR; o Polidesportivo no Barro Branco; o Balneário no polidesportivo de Rio de Moinhos; os loteamentos; o Lar em Rio de Moinhos; a estrada do Alfaval; a estrada da Talisca; o pavilhão que era para a Feira do Queijo. Terminou



dizendo que afinal quem precisava de ir ao oftalmologista era o senhor presidente. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** perguntou o que era a glicémia capilar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou qual era o ponto de situação relativamente à estrada de acesso à nova Adega Cooperativa de Borba e à Construção do Novo Centro Escolar. -----

----- **O senhor vereador Hugo Mendanha** informou que a estrada de que o senhor presidente tinha falado, se chamava circular externa de Borba, a qual passava junto das novas instalações da Adega Cooperativa de Borba. Disse que o que faltava naquela circular era o processo elétrico, para depois se asfaltar. Informou que os recursos estavam agora numa perpendicular, que ia do acesso da estrutura da antiga estação de caminho-de-ferro até aquela circular. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que em relação à Obra do Novo Centro Escolar, numa fase inicial, se tinham levantado alguns problemas, nomeadamente relacionados com águas, esgotos e electricidade, que não estavam no projeto, da escola em funcionamento. Salientou que os trabalhos estavam a decorrer conforme o previsto. Referiu que tinha havido ali um lapso de informação, porque deveria existir ali uma informação, em termos percentuais, do que já tinha sido construído do Centro Escolar, até àquele momento. Informou que já estavam todas as fundações feitas, estavam a proceder ao enchimento de sapatas, alicerces, e já havia pilares levantados ao alto. -----

Disse ao deputado Carlos Cabral que, relativamente à Glicémia Capilar, o que lhe podia dizer era que tinha sido uma parceria com o centro de Saúde, através da qual a Unidade Móvel de Saúde tinha estado a fazer exames de glicémia e tensão arterial, a todos os funcionários da câmara.-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, disse que se iria proceder à leitura e votação das 4 minutas. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** (interrompendo) ... disse que se tinha esquecido de responder ao senhor deputado Manuel Prates. De seguida disse ao senhor deputado que



o que tinha dito na assembleia anterior, tinha sido relativamente a algumas afirmações que o senhor deputado tinha proferido, quando tinha dito que não se tinha feito nada em Rio de Moinhos. E então ele, presidente, tinha-lhe dito que devia estar a ver mal. Disse para não interpretar mal as suas palavras. -----

Referiu ao senhor deputado Manuel Prates que o que ele tinha acabado de fazer tinha sido respigar o programa eleitoral do PS. Disse que Roma e Pavia não tinham sido feitas num só dia e que o mandato ainda não tinha terminado. Salientou que o governo estava a estrangular as autarquias. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que tinha muitas dúvidas do que se poderia passar no futuro, porque com o governo tínhamos nunca se sabia o que poderia acontecer, por decisão dele. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (continuando) ... informou que iriam ser lidas, em voz alta, as quatro minutas da ordem de trabalhos.-----

As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Por não haver mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Jerónimo João Pereira Cavaco

O Primeiro Secretário

Francisco José Ramalho Mendes

O Segundo Secretário

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras